UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACERCA DO TRABALHO INFANTIL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 2006 A 2016

Tânia Parolin da Cruz (CAPES/UEPG), taniaparolin@yahoo.com.br, Simone Flach (Orientadora), e-mail: eflach@uol.com.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Programa de Pós-graduação em Educação

Educação.

Palavras-chave: Trabalho Infantil, Educação, Políticas públicas, Produções Bibliográficas.

Resumo

O texto apresenta levantamento e análise preliminar das produções acadêmicas que versam sobre o trabalho Infantil e a educação no Brasil, no período de 2006 a 2016 e que estão disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e no portal de periódicos SCIELO. A análise do levantamento indica que o trabalho infantil se perpetua ao longo da história brasileira, em razão da ênfase dada à sua dimensão educativa e como alternativa a delinquência e a marginalidade, ocultando as relações de exploração da mão de obra infantil. A inserção precoce no mundo do trabalho, sobretudo em decorrência da vulnerabilidade econômica das famílias, possui efeitos negativos sobre o desenvolvimento físico e o processo de escolarização. As políticas que visam o combate ao trabalho infantil não conseguem alcançar sua erradicação, visto serem compensatórias com foco em programas de transferência de renda.

Introdução

A partir do processo analítico das produções acadêmicas constatamos que, historicamente, o trabalho precoce apresenta-se na sua forma aparente, como princípio educativo, legitimando e perpetuando a cultura do trabalho. Essa naturalização do trabalho infantil, considerando como algo natural, intrínseco a socialização e formação das crianças, justifica a sua perpetuação até os dias atuais, como mostram os dados publicados pela PNAD (IBGE, 2015), que revelaram um aumento de 4,5% de 2013 a 2014, são 3,3 milhões de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos trabalhando no Brasil. Dessa total, meio milhão tem menos de 13 anos, sendo que a maioria (62%) trabalha no campo.

Em razão dessa realidade, o presente estudo tem por objetivo obter maior clareza sobre as políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil na produção de tabaco em um município paranaense.

Materiais e Métodos

Essa é uma pesquisa bibliográfica, cujos processos metodológicos utilizados foram a identificação, seleção e análise de conteúdo. Foram catalogadas teses, dissertações e artigos científicos que estivessem relacionadas a temática apresentada, no período de 2006 - 2016. Após o mapeamento das produções acadêmicas, buscamos identificar as dimensões do trabalho infantil no Brasil, as suas implicações no processo de escolarização e as políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil. A seleção dos trabalhos foi realizada mediante

consulta aos títulos, palavras-chave e resumos que estivessem relacionados ao trabalho infantil, o processo de escolarização e a políticas públicas de erradicação ao trabalho infantil. Ao todo, foram levantados 77 trabalhos, sendo 12 teses, 26 dissertações e 39 artigos que tratavam sobre a temática. No entanto, após a análise dos resumos e introduções, algumas pesquisas foram desconsideradas em razão de não mostrarem similaridade direta com o objeto em análise. Assim, foram considerados para a análise 45 produções, sendo 6 teses, 10 dissertações e 29 artigos.

Revisão de literatura

Ao longo da história brasileira, a condição de invisibilidade do trabalho infantil esteve presente, permitindo a exclusão social e política de crianças e adolescentes. O trabalho infantil se perpetua em diferentes tempos, lugares e espaços, e é legitimado pela sua dimensão educativa, ocultando as relações de exploração que garantem a reprodução do capital.

A problemática do trabalho infantil no Brasil, “tanto para a produção acadêmica quanto para os órgãos responsáveis pela sua erradicação” (MARCHI, 2013, p. 254), é resultante da situação de vulnerabilidade econômica da classe trabalhadora, fato este, que é evidenciado nos estudos de vários autores, que explicam a constituição do trabalho infantil a partir dos efeitos perversos da má distribuição de renda e de um modelo econômico, regido pela lógica do capital. Assim, a pobreza assume a centralidade entre as causas do trabalho infantil.

A naturalização do trabalho infantil perpassa a esfera econômica e assume uma dupla dimensão, a necessidade de auxiliar no sustento dos familiares e a função de educativa, de preparação para a vida adulta. Esse processo de naturalização do trabalho precoce foi se constituindo em sua aparência fenomênica como oportunidade de aprendizagem, sem considerar suas implicações no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Os principais motivos da inserção precoce de crianças e adolescentes ao mundo do trabalho, na concepção dos pais, é manter os filhos afastados das drogas, da violência, da delinquência e da marginalidade. Este discurso evidencia a consolidação da “cultura” do trabalho, legitimado pelas famílias, que não tem consciência dos seus efeitos nocivos.

Não obstante, a conciliação entre trabalho e escola pode comprometer o ingresso e permanência de crianças e adolescentes na escola, em decorrência do cansaço físico e mental ocasionado pela sua ocupação laboral, prejudicando sua aprendizagem e contribuindo para as reprovações (CARVALHO, 2008). Outros fatores como o desestímulo e a má qualidade de ensino público também são determinantes para a defasagem escolar.

Oliveira (2014) aponta o trabalho como fator prejudicial à escolarização. Além disso, o nível de escolaridade dos pais também intervém na inserção precoce das crianças e adolescentes no mercado de trabalho. A autora também constatou que a valorização da escola e da educação está presente na concepção das crianças e seus familiares, pois possibilitam uma perspectiva de futuro, porém destaca a má qualidade da escola pública. Neste contexto, o trabalho infantil permaneceu no patamar da invisibilidade, provocando a exclusão social e política de crianças e adolescentes. Consequentemente surgiu a necessidade de intervenção do Estado visando erradicar o trabalho infantil, por meio de regulamentações e políticas de proteção à infância. No Brasil, a partir da promulgação da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, foram

estabelecidas medidas jurídicas para impedir a inclusão das crianças e adolescentes no mundo do trabalho e garantir seu desenvolvimento físico e social (MARIN, 2012).

Conde (2012) relata que desde 1996, as políticas públicas estão articuladas através de programas de transferência de renda com o objetivo de solucionar os principais problemas sociais do país e da ampliação da escolarização. Alguns autores têm sinalizado para a ineficácia dos programas de transferência de renda, visto que se caracterizam como políticas de caráter compensatório, centrando-se no assistencialismo direcionado aos mais pobres, sem atuarem no foco da questão: a exploração capitalista.

O primeiro programa de transferência de renda foi criado em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e implementado pelo Governo Federal com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Programa concede uma bolsa de R$ 25,00 ou R$ 40,00 para as famílias que residem nas áreas rurais ou urbanas, respectivamente, que vivem em situação de extrema pobreza. Todavia, a partir de 2005 o PETI foi incorporado ao Programa Bolsa-Família (PBF), “com a justificativa de ampliar a cobertura de atendimento, de racionalizar e de aprimorar os processos de gestão e garantir o amparo e a proteção às famílias e adolescentes em situação de risco” (ALBERTO, 2016, p. 460). Com a integração dos programas houve um redirecionamento nos objetivos do programa, o combate ao trabalho infantil, focalizando apenas o combate à pobreza, consequentemente deixou-se de investir em medidas socioeducativas. (ALBERTO, 2016); (CACCIAMALI, TATEI, BATISTA, 2010).

Neste cenário, a formulação de políticas sociais operam sob lógica da focalização, ou seja, são estruturadas a fim de reduzir estas políticas a programas de combate à pobreza, como é o caso do PBF (Programa Bolsa Família). Conforme Sartori e Garcia (2012) os programas de transferência de renda possuem uma perspectiva “mais compensatória do que emancipatória”, pois garantem a permanência dos alunos na escola, reduzindo trabalho infanto-juvenil e minimizando os gastos públicos, sem oportunizar a autonomia das famílias, que vivem em situação de dependência permanente dos programas de proteção social.

Em que pese os limites do Programa, não há dúvidas que a jornada ampliada do PETI apresentou contribuições aos seus beneficiários, por promover uma educação em tempo integral, com as atividades extracurriculares que oportunizaram a elevação da assiduidade escolar e a redução do tempo de trabalho das crianças (CACCIAMALI, TATEI, BATISTA, 2010). Entretanto, as autoras apontam para a necessidade de ações complementares na oferta de serviços de educação, saúde, além de políticas de geração de emprego para os familiares, de modo a contribuir na redução da pobreza a longo prazo.

O contexto apresentado revela a insuficiência das políticas públicas implementadas para erradicar o trabalho infantil no Brasil. Nesse tocante, Fortunato (2016) enfoca que o imperativo para a erradicação do trabalho infantil no Brasil é a efetivação da legislação vigente, em consonância com uma educação básica que efetive sua função social, de formação humana, além da implementação de políticas que propiciem a educação integral da criança, em tempo integral.

Conclusões

A partir de processo analítico e sintético, ao desvelar do invólucro da produção acadêmica é possível indicar que o trabalho infantil oculta as relações que fundam o processo de exploração do trabalho, visto que na sociedade capitalista, os

sujeitos adaptam-se as exigências do mercado de trabalho, as quais visam a manutenção e reprodução do capital.

Constatamos, ainda, que as políticas públicas de combate ao trabalho infantil, possuem um caráter assistencialista e compensatório, sendo sistematizadas por programas de transferência de renda, que garantem a permanência dos alunos na escola, mas não são capazes suprimir este fenômeno. Admite-se então, que a erradicação do trabalho infantil é apenas uma possibilidade, pois as políticas de transferência de renda apenas amenizam o problema, ignorando suas raízes estruturais.

Referências

ALBERTO, M. F. P. et al. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Concepções de Educandos e Famílias. **Psicologia: ciência e profissão,** vol.36, n.2, p.458-470. Jun. 2016.

CACCIAMALI, M. C, TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, vol.14, n.2, p.269-301. Ago. 2010.

CARVALHO, I. M. M. Trabalho infantil no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, vol.21, n.54, p.551-569. set./dez. 2008.

CONDE, S. F. **A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense**. 2012, 191 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FORTUNATO, S. A. O. **O trabalho infantil e as políticas públicas para sua erradicação no Brasil: o pensar sobre a infância e a educação**. 2016, 261 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2014 – PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 102 p.

MARCHI, R. C. Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC. **Educar em Revista**, Curitiba, n.47, p.249-265. jan./mar. 2013.

MARIN, J. O. B. et al. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS, **Revista de Economia e Sociologia Rural,** Piracicaba, vol.50, n.4, p.763-786. out./dez. 2012.

OLIVEIRA, D. F. **Análise das produções bibliográficas sobre trabalho infantil e educação no período de 2002 a 2012**. 2014, 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2014.

SARTORI, E.; GARCIA, C. H. M. políticas compensatórias *versus* emancipatórias: desafios para implementação de programas de geração de renda às famílias em situação de risco. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol.46, n.2, p.425-452, mar./abr. 2012.